

Editorial



Osvaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

A ganância

O encerramento de balcões bancários em várias localidades das nossas ilhas está a gerar descontentamento popular e já suscitou polémica no parlamento regional.

O fenómeno não é de agora, mas agravou-se nos últimos meses, sem apelo nem agravo, e tem a ver com a pandemia, porque provocou uma menor deslocação de pessoas às dependências bancárias e muita gente virou-se para o ‘homebanking’.

Este é o argumento dos bancos, que só pensam em lucros e distribuição de dividendos pelos seus accionistas.

O problema é que um balcão bancário, em localidades com comunidades envelhecidas, onde a iliteracia digital é mais acentuada, passa a ser mais do que um banco.

É um posto de ajuda a tantas famílias e pequenas empresas, não só no depósito ou crédito, mas também no aconselhamento financeiro e até noutros assuntos.

As pessoas das freguesias gostam de rostos, de serem bem atendidas, de uma conversa afetuosa, de um conselho e, em última instância, sentem-se seguras perante os funcionários que as atendem.

Só quem vive nessas pequenas comunidades é que compreende.

Os senhores da metrópole, sentados nos seus confortáveis gabinetes, a olharem todo o dia para os gráficos da Bolsa, não percebem disto.

Vivem noutro mundo.

O da volúpia e o da miopia das coisas terrenas.

Os donos da banca não querem saber disso e, na sua esmagadora maioria, são vários accionistas, às vezes sem rosto, que só querem uma gestão baseada no lucro.

Não devia ser assim com a Caixa Geral de Depósitos, porque é do Estado, ou seja, de todos nós, e com o Montepio, uma associação mutualista fundada com outros objectivos que não os de hoje, onde até figuram as Santas Casas das Misericórdias.

Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia estão dispostas a colaborar com os bancos, cedendo instalações, água e outras facilidades que ajudam a abater os custos, mas, mesmo assim, sem dar cavaco a ninguém, os bancos fecham as suas dependências nessas localidades e deixam uma comunidade inteira à nora.

Essa prepotência tem muito a ver com a cultura que os nossos governantes e políticos desenvolveram nos últimos anos com a banca, numa autêntica mistura explosiva e promiscuidade descuidada.

A protecção que se dá à banca, em nome de uma pretensa e fantasiosa defesa do “sistema financeiro”, tem sido um cancro para as finanças públicas e para os bolsos dos contribuintes.

Em quase uma década já injetamos na banca mais de 30 mil milhões de euros e só foi possível recuperar um quinto disso.

É vergonhoso para as instituições bancárias, quando estão aflitas, recorrerem ao Estado e a “fundos de resolução”, forma eufemística de chamar ao desembolso dos nossos impostos para ajudar instituições mal geridas.

Em troca dão-nos serviços pagos em catadupa de comissões e, agora, sem mais pejo, retiram-se das localidades que mais precisam, sem darem justificações a ninguém.

Chamam a isto o mundo da oferta e da procura.

O povo chama-lhe o mundo da ganância.

E o povo é sábio.

*Pedro Castro,
consultor em aviação comercial*

“Autoridades açorianas deviam promover ligações da Horta ou Pico para o Porto e de Ponta Delgada para Faro”



O conhecido consultor em aviação comercial, Pedro Castro, lançou um desafio às autoridades açorianas para “incentivarem e promoverem” ligações à partida dos Açores, da Horta ou do Pico para o Porto e de Ponta Delgada para Faro.

“Ficariam assim criados dois novos eixos e com eles o acesso a quatro novos mercados: o Sul do país e a Andaluzia vizinha não estão ligados aos Açores com voos diretos; o Porto e a Galiza vizinha não estão ligados a nenhuma ilha do chamado “triângulo”, escreve Pedro Castro na Publituris.

Para este consultor, “se a Iberia lançou os seus primeiros voos Madrid-Ponta Delgada praticamente “em cima da hora”, estas novas rotas domésticas poderão ser lançadas com a confiança de terem tudo para dar certo este Verão. O contribuinte agradecerá duplamente: incentivo bem investido e clara melhoria no acesso aéreo para todos”.

A SATA e o caso de Frankfurt

Pedro Castro faz este desafio às autoridades açorianas depois de ter analisado o recente reajustamento da operação da Azores Airlines para Frankfurt.

“Alertei, no meu artigo de opinião de 26 de fevereiro, para o excesso de oferta no eixo Ponta Delgada-Frankfurt. Ainda que a chegada da Lufthansa aos Açores seja motivo de felicitação, o apoio regional a esta rota deveria ter sido condicionado à escolha do hub de Munique e da realização do voo num dia diferente do da operação da Azores Airlines. Ou, a ter de ser Frankfurt, então o destino da Lufthansa nos Açores ser a Terceira, por exemplo”, sublinha o consultor em aviação comercial.

Acrecenta que, menos de quatro me-

ses depois, está à vista o resultado: “a Azores Airlines vai reduzir a sua operação de duas para uma frequência semanal que coincide, aliás, com o dia de operação da Lufthansa. Em termos práticos: de 2ª a sábado não existirão voos diretos Ponta Delgada-Frankfurt. Aos domingos, serão dois. Uma perda dramática para o destino que fica prisioneiro das estadias de múltiplos de 7 dias, perdendo a flexibilidade anteriormente oferecida pela Azores Airlines (cujas duas frequências semanais permitiam também fins de semana prolongados ou estadias de 10 dias)”.

E acrescenta: “Isto ultrapassa toda a lógica de desenvolvimento da acessibilidade aérea, sobretudo quando se trata de uma rota inaugurada com a contrapartida de investimento de dinheiros públicos regionais através da Associação do Turismo dos Açores e do Turismo de Portugal (meio milhão de Euros!). Traduzido para Português: o contribuinte, através dos seus decisores políticos, pagou para ficar com o mesmo número de frequências semanais e capacidade, mas mais mal distribuídas e com limitações sérias nas opções do produto oferecidas ao mercado emissor. Levado ao extremo, e tendo em conta que o contribuinte já paga, em parte, a Azores Airlines, pagou simultaneamente para a subvencionar e para a prejudicar”.

Para Pedro Castro, “uma vez mais continuamos com os olhos fixos na miragem dos mercados estrangeiros cuja imprevisibilidade das decisões políticas e dos consumidores não permitem antecipar o verdadeiro impacto na economia e turismo da região. Uma vez mais se menospreza o alcance do mercado interno, aquele que tem dado mais provas concretas de responder positivamente”.